

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CIM
DOURO, A PROPÓSITO DOS 17 ANOS DA
CLASSIFICAÇÃO DO DOURO PATRIMÓNIO DA
HUMANIDADE – SANTA MARTA DE PENAGUIÃO,
14 DE DEZEMBRO DE 2018

O ano passado, por esta altura, foi hora de falarmos na Região Demarcada do Douro e na imperiosidade de garantir o seu futuro.

Foi hora de recordarmos a dimensão e riqueza do nosso território e de assumirmos o lugar de destaque que temos hoje no País e no Mundo.

Seja enquanto lugar de encanto paisagístico, seja na dinâmica económica assente na viticultura, o Douro é um ecossistema único, exemplar também na relação secular entre homem e natureza, o que garantiu a sua construção e o legado de que hoje todos somos fiéis depositários.

Há um ano lembrámos igualmente que foi em 2001 que o Douro Vinhateiro foi reconhecido e classificado como Património da Humanidade pela UNESCO.

E em apenas 17 anos, envergando tal distinção, a nossa região desenvolveu um caminho de grande projeção nacional e internacional, posicionando-se decisivamente como território produtor de vinho e detentor de enormes recursos turísticos, resultantes da combinação da paisagem, da cultura e do património.

As prestações nacionais em termos turísticos muito devem ao Douro e à internacionalização que tem feito do nome Portugal.

O Vale do Douro é considerado excepcional pelo Centro Mundial de Excelência dos Destinos turísticos; Graças ao turismo e ao mediatismo do Douro, a região é hoje o 5º elemento do grupo vitivinícola em todo Mundo, juntamente com as regiões de Val du Loire e Saint Émilion (França), Cinque Terre (Itália) e Wachau (Áustria); em 2016, só pelo rio Douro, veio à região aproximadamente um milhão de turistas.

Em termos económicos, o Douro mantém-se como o grande embaixador de Portugal no mundo, contribuindo com 40,1% das exportações nacionais de vinho. As empresas de vinho do Porto exportaram, em 2017, 644.809 hectolitros no valor de 312,1 milhões de euros. Por outro lado, as vendas no mercado nacional cresceram 6,1% em valor, para 73,7 milhões de euros. Uma performance que se explica, em muito, pela promoção dos vinhos do Douro, pela aposta nas marcas e pelo crescente dinamismo do turismo, em particular nos últimos anos.

Hoje, volvido um ano de intensa actividade e intervenção política e social desta Comunidade Intermunicipal, cumpre-nos, a jeito de monitorização, proceder ao balanço das iniciativas concretas implementadas, dos resultados objectivos obtidos e das plurais dificuldades encontradas, muitas vezes e sem plausível razão, a tolher o agir e a inviabilizar muita da caminhada encetada.

Termos consciência de onde viemos, quem somos e para onde queremos ir. Tal é fundamental para garantirmos um Douro coeso, um território homogéneo, onde todos trabalham e onde todos beneficiam do trabalho que desenvolvem.

A Comunidade Intermunicipal do Douro representa 19 municípios, mais de 205 mil pessoas e compreende um território com uma extensão de mais de 4 mil quilómetros quadrados.

Com esta especificidade, e com o Douro a celebrar 17 anos de Património da Humanidade e séculos de entrega de várias gerações construtoras destes socalcos, custa entender que hoje os autarcas tenham de lutar para evitar o fecho de serviços essenciais às suas populações; tenham de demonstrar descontentamento público e repúdio pelos governos que nos colam sucessivamente o rótulo de território de baixa densidade, como forma de nos anular ou retirar da linha da frente dos projetos fundamentais e cruciais para o território e até comunitários.

É isso que todos os dias acontece com o Douro. O exemplo mais gritante, e que nos leva a mantermos uma postura combativa e de oposição aos argumentos do Poder Central - que teima em não a inscrever na estratégia nacional da próxima década - é a linha do Douro: A linha do Douro é reconhecida por todos os estudos de viabilidade económica, pela Comissão Europeia e o Consórcio Alemão e inclusive pelas Infraestruturas de Portugal, como rentável só com o transporte de passageiros; é tida como essencial para o transporte de mercadorias entre o norte de Portugal e Espanha; é considerada essencial como itinerário ferroviário da Área Metropolitana do Porto e de toda a região norte com a restante Península Ibérica e Europa. Só o Governo de Portugal é que assim não entende.

Mas nós, os autarcas deste território, continuaremos empenhados em perceber quais são as justificações do Governo, que até à data não existem; mostram uma atitude autista sobre uma questão séria e e sensível para o território.

Por isso, a nossa CIM foi das poucas no País a desenhar uma estratégia para a década 2020/2030, e a apresentá-la ao Governo, à União Europeia, aos líderes parlamentares com assento na Assembleia da República, aos senhores deputados da Nação desta região, ao senhor primeiro ministro, ao senhor ministro do planeamento e ao Senhor Presidente da República. Este documento reúne a visão dos autarcas deste imenso território, das e de todas as instituições que até à data nele quiseram participar.

E resultam desta estratégia várias linhas essenciais que farão do Douro um território com futuro:

- para além da linha do Douro, queremos o rio Douro como uma via navegável segura e ligada verdadeiramente à Europa, fazendo parte da rede Transeuropeia de Transportes. Acreditamos que para o turismo e para o transporte de mercadorias, o projeto Douro 's Inland Waterway será determinante para a região e para o Norte de Portugal.

- Em complemento a estes projetos, e numa visão do Douro internacional, mas em Primeiro lugar com uma ligação forte à Península Ibérica, estão duas conexões essenciais para potenciar a dinâmica económica das nossas empresas: o IC 26, a conclusão do IP 2 – Junqueira Pocinho e a ligação da EN 222 à A24. O Douro é a única região em Portugal que reúne, na sua génese, dois elementos fundamentais para o sucesso do nosso País: o turismo e a dinâmica económica assente em produtos endógenos de grande valor.

Nesse sentido, os projetos definidos são estruturantes para que o Douro seja um território interligado e conectado, atrativo e internacionalizado, empreendedor e inovador, que valoriza o seu capital humano, eficiente e sustentável, inclusivo e socialmente coeso, que capacita as suas instituições, que estabelece parcerias e trabalha em rede, enfim, um território de futuro.

Minhas senhoras e meus senhores,

Porém, a dimensão do Douro e as responsabilidades regionais e nacionais actuais perante o país, dependem de um colectivo forte, assente nas suas entidades, alinhado com a estratégia desenvolvida pela equipa liderante, que não pode alijar a sua profunda responsabilidade nem o seu envolvimento nas macro linhas do agir. É uma questão de estímulo, é um princípio de inconformismo, é um acto solidário.

Acto esse que por vezes não sentimos, no alheamento de alguns players, na indiferença de certos parceiros, no inexplicável distanciamento das populações e conseqüente feed-back estimulante de maior proactividade.

As gentes do Douro não podem estar à espera que os outros venham lutar por eles, pois se a passividade não é amiga de ninguém, tão pouco o é do Douro. Todos quantos aqui estão devem, no seu dia a dia e nas suas ações diárias, exercer essas suas responsabilidades.

Nesta matéria, queria deixar uma palavra de apreço ao Presidente da CCDRN, professor Freire de Sousa, porque sei o que pensa e deseja para esta região. Mas também reconheço as dificuldades que tem e as exigências e as pressões provenientes das margens do Tejo.

Mas quero-lhe dizer que conta com o apoio dos autarcas, das instituições locais, para, em conjunto, não deixarem cair estes projetos fundamentais para a sustentabilidade da região, nomeadamente do Douro.

A Região do Douro é um imenso conjunto de territórios e seus habitantes com representação política nos seus autarcas, nas suas comunidades intermunicipais, nos seus deputados dos diferentes grupos parlamentares.

Todavia, por vezes constata-se, não uma retroacção mas uma inação propiciadora da insuperabilidade de alguns dos obstáculos que, pela sua grandeza e pelo objectivo a atingir, exigem um cerrar de fileiras muito centrado no nosso denominador comum, que é o crescimento sustentado de todo o território e a inequívoca certeza de que estamos a garantir um futuro adequado e adaptado às exigências do século XXI, da globalização e das novas técnicas ao serviço de um desenvolvimento integrado e imparável.

Ademais, o poder político que detém a capacidade decisória, que deveria ter a capacidade de sentir todos os anseios legítimos, e a competência e sensibilidade de garantir a sustentabilidade da região, está nas mãos de um colégio ministerial nomeado, quando deveria, por critério e qualidade de ação, estar sob o escrutínio do poder local eleito e reconhecido pelo potencial intrínseco que traria para o território, na resposta justa aos seus anseios mais que todos legitimados. Infelizmente não é assim e nós sentimo-lo na oponência à nossa praxis quotidiana.

Se o Governo tem sido duro na aceitação dos nossos realistas desideratos e nem sempre tem o olhar alinhado com a nossa visão de futuro, devemos todos redobrar as nossas sinergias e potenciar o nosso ânimo para lhes levar, ao Poder Central, tantas vezes tão ausente da realidade do Poder Local e dos obstáculos quotidianamente enfrentados, os escolhos que obstam ao nosso progredir, reiterando-lhes todo o apoio no desbravamento de quanto nos tolhe.

A Região do Douro, pela sua antiguidade, preciosidade, especificidade, riqueza e História merece-nos, e mais do que esse merecimento, impõe-nos e exige-nos que saiamos da nossa zona de conforto e, numa porfiada e continuada luta, hostes coesas, saibamos encontrar o ansiado porvir.

O Quadro Comunitário 2030 carrega em si a oportunidade derradeira e a esperança de congregarmos tudo quanto ao nosso alcance esteja, no material e no imaterial, nos valores patrimoniais e nas novas tecnologias, num discurso inovador conseqüente com as circunstâncias, para darmos a esta nossa região o esplendor que a Humanidade lhe reconheceu e que nós, por vezes, não desavindos mas desencontrados, tardamos a não encarar como um presente temporal impróprio com o desenvolvimento que almejamos alcançar.

Daqui a década e meia será tarde, mesmo que venha outro quadro comunitário, pois atendendo à execução do próximo quadro vigente, escasseia definitivamente a oportunidade inclusiva e de salvação do interior de Portugal e, especificamente, da região do Douro e Trás-os-Montes.

Serão responsabilizados, amanhã, quantos hoje não tiveram olhos para ver e cabeça para perceber esta realidade, nomeadamente quantos detém hoje o poder decisório e na inação se acolheram. – Os seus nomes ficarão epigrafados em lápide no Douro: “Estes são os coveiros do interior de Portugal!”.

Na minha terra, terra onde a 50 metros da minha casa nasceu Aquilino Ribeiro, todos temos sempre presente a abrangência do seu ex-libris: “Alcança quem não cansa”.

Pois que ele aqui, agora e no amanhã se presentifique num alento que nos conceda a capacidade e a competência de, na união, pela união, pelo Douro... possamos alcançar quão longe o merecimento territorial nos outorgou.

Esta herança que hoje celebramos é uma responsabilidade que não podemos enjeitar.

Os séculos de trabalho que nos foram legados são decisivos para construirmos um presente valioso e um futuro auspicioso, devendo ser por todos encarados como base e fundamento da nossa missão, uma missão que todos temos de cumprir, sem hesitações e com firmeza.

Pelo Douro.